

TERMOS E CONDIÇÕES (GTC)

www.pharmarosa.com - em vigor a partir de 2021-01-06

Preâmbulo

Bem vindo ao nosso site! Obrigado pela confiança em sua compra!

Este GTC de loja virtual é feito com o gerador de GTC amigável ao consumidor.

Se você tiver alguma dúvida sobre estes Termos e Condições Gerais, o uso do site, produtos individuais, o processo de compra ou se desejar discutir suas necessidades específicas conosco, entre em contato com nossa equipe através dos dados de contato fornecidos!

Impressão: os dados do Provedor de Serviços (Vendedor, Empresa)

Nome : Pharmarosa Kft.

Sede : 1188 Budapest Ültetvény utca 8.

Endereço para correspondência : 1239 Budapest Ócsai út 2.

Autoridade de registro : Tribunal de Registro do Tribunal Metropolitano

Número de registro da empresa : 01-09-717479

Número fiscal : 13075314-2-43

Representante : István Túri

Número de telefone : 0612876380

Fax : 0612876380

Email : info@pharmarosa.com

Site : http://www.pharmarosa.com

Número da conta bancária: HU81 1171 8000 2990 1254 0000 0000

Número da conta bancária adicional: HU72 12011739 01661074 00100002

Informações do provedor de hospedagem

Nome : Netteszt Informatikai Kft.

Sede : 2013 Pomáz, Deák Ferenc u. 2

Contato : + 36-1-445-0999, info@netteszt.hu

Site : https://netteszt.hu/

Conceitos

Partes : Vendedor e Comprador em conjunto

Consumidor : uma pessoa física que atua fora de sua profissão, trabalho autônomo ou negócio

Contrato de consumidor : um contrato em que um dos sujeitos se qualifica como consumidor

Site : este site, que é usado para celebrar o contrato

Contrato : Um **contrato de** venda entre o Vendedor e o Comprador usando o Site e correio eletrônico

Meio de comunicação à revelia : meio de fazer uma declaração contratual na ausência das partes com vista à celebração de um contrato. Esses meios incluem, nomeadamente, o destinatário ou o formulário não endereçado, a carta normalizada, o anúncio publicado no produto da imprensa com a nota de encomenda, o catálogo, o telefone, o fax e os meios de acesso à Internet.

Contrato ausente : um contrato de consumo celebrado no âmbito de um sistema de venda à distância organizado para o fornecimento de um produto ou serviço contratual sem a presença física simultânea das partes, utilizando apenas um meio de comunicação entre as partes para efeitos da celebração do contrato.

Produto : todos os bens móveis incluídos na oferta do Site e destinados à venda no Site, objeto do Contrato

Empreendedorismo : uma pessoa que segue uma profissão, trabalho autónomo ou negócio

Comprador / Você : a pessoa que celebra o contrato que faz uma oferta de compra por meio do Site. **Garantia** : No caso de contratos celebrados entre o consumidor e a empresa (doravante: contrato de consumo) de acordo com o Código Civil,

1. uma garantia prestada pela execução do contrato, que o empreendimento assume voluntariamente para além ou na ausência da sua obrigação legal para a boa execução do contrato, e
2. garantia estatutária

Legislação pertinente

As disposições da lei húngara aplicam-se ao Contrato e, em particular, aplicam-se os seguintes atos jurídicos:

- 1997 CLV. Lei de Proteção ao Consumidor
- CVIII de 2001 Agir em certas questões em serviços de comércio eletrônico e serviços da sociedade da informação
- Lei V de 2013 do Código Civil
- 151/2003. (IX.22.) Sobre a garantia obrigatória de bens de consumo duráveis
- 45/2014. (II.26.) Sobre as regras detalhadas dos contratos entre o consumidor e a empresa
- 19/2014 (IV.29.) Decreto NGM sobre as regras processuais para lidar com garantia e reclamações de garantia para coisas vendidas sob um contrato entre um consumidor e uma empresa
- 1997 LXXVI. Lei de Direitos Autorais
- 2011 CXX. Lei sobre o Direito à Informação, Autodeterminação e Liberdade de Informação
- REGULAMENTO (UE) 2018/302 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 28 de fevereiro de 2018, relativo à tomada de medidas contra as restrições territoriais injustificadas de conteúdo e outras formas de discriminação com base na nacionalidade, local de residência ou estabelecimento do comprador no mercado interno e Regulamentos de alteração (CE) n.º 2004/394 e (UE) 2017/2394 e Diretiva 2009/22 / CE
- REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 95 / 46 regulamento de proteção de dados)

Escopo e aceitação do GTC

O conteúdo do contrato celebrado entre nós - além das disposições dos regulamentos legais vinculativos relevantes - é determinado por estes Termos e Condições Gerais (doravante: GTC). Consequentemente, estes

TCG contém os seus direitos e obrigações, as condições de celebração do contrato, os prazos de execução, as condições de entrega e pagamento, as regras de responsabilidade e as condições de exercício do direito de rescisão.

As informações técnicas necessárias para a utilização do Site, que não estão incluídas nestes TCG, são fornecidas por outras informações disponíveis no Site.

Você deve se familiarizar com as disposições destes GTC antes de finalizar seu pedido.

A linguagem do contrato, a forma do contrato

O idioma dos contratos cobertos por estes TCG é o húngaro.

Os contratos que se enquadram no escopo destes GTC não se qualificam como contratos escritos, eles não são arquivados pelo Vendedor.

Preços

Os preços estão em HUF e incluem 27% de IVA. Não se pode descartar que o Vendedor possa alterar os preços por motivos de política comercial. As alterações de preços não se aplicam aos contratos já celebrados. Se o Vendedor indicou o preço incorretamente e um pedido foi recebido para o produto, mas as partes ainda não concluíram um contrato, o Vendedor deve agir com base na cláusula "Preço incorreto do procedimento" dos TCG.

Procedimento em caso de preço incorreto

Os seguintes são preços cotados obviamente incorretamente:

- 0 preço HUF,
- o preço reduzido pelo desconto, mas indicando incorretamente o desconto (por exemplo, no caso de um produto com um preço de HUF 1.000, o produto oferecido por HUF 500 com a indicação do desconto de 20%).

No caso de indicar um preço incorreto, o Vendedor oferece a possibilidade de adquirir o produto a um preço justo, em posse do qual o Comprador pode decidir encomendar o produto a um preço justo ou cancelar o pedido sem quaisquer consequências jurídicas adversas.

Tratamento de reclamações e opções de aplicação

O consumidor pode apresentar reclamações de consumidor sobre o produto ou as atividades do Vendedor nos seguintes dados de contato:

- Telefone: 0612876380
- Fax: 0612876380
- Endereço na Internet: <http://www.pharmarosa.com>
- Email: info@pharmarosa.com

O consumidor **pode comunicar oralmente ou por escrito ao profissional uma reclamação** relativa ao comportamento, atividade ou omissão do profissional ou de uma pessoa que age no interesse do profissional no que se refere à distribuição ou venda dos bens aos consumidores.

A empresa deve investigar a reclamação oral imediatamente e remediá-la se necessário. Se o consumidor não concordar com o tratamento da reclamação ou não for possível investigar a reclamação imediatamente, a empresa deve imediatamente fazer uma ata da reclamação e sua posição e fornecer uma cópia ao consumidor no local, em caso de reclamação oral. No caso de reclamação oral apresentada por telefone ou outro serviço de comunicações eletrônicas, deve ser enviada ao consumidor, o mais tardar, ao mesmo tempo que a resposta

substantiva, de acordo com os requisitos para resposta a uma reclamação escrita, no prazo de 30 dias . Em outros aspectos, você deve prosseguir com a reclamação por escrito da seguinte forma. **A empresa deve responder por escrito à reclamação escrita e tomar as medidas necessárias para comunicá-la no prazo de trinta dias** a contar da sua recepção, salvo disposição em contrário de um ato da União Europeia diretamente aplicável . Um prazo mais curto pode ser estabelecido por lei, um prazo mais longo por lei. A empresa deve fundamentar a sua posição de rejeição da reclamação. Uma reclamação verbal comunicada por telefone ou serviço de comunicação eletrônica deve ser fornecida com um número de identificação único.

O registro da reclamação deve incluir o seguinte:

1. o nome e endereço do consumidor,
2. o local, a hora e a maneira de apresentar a reclamação,
3. uma descrição detalhada da reclamação do consumidor, uma lista de documentos e outras provas apresentadas pelo consumidor,
4. uma declaração da empresa de sua posição sobre a reclamação do consumidor, se a reclamação puder ser investigada imediatamente,
5. a assinatura de quem lavrou a ata e, com exceção de reclamação oral por telefone ou outro meio eletrônico, pelo consumidor,
6. local e hora de registro dos minutos,
7. tratando-se de reclamação oral comunicada por telefone ou outro serviço de comunicações eletrônicas, o número único de identificação da reclamação.

A empresa deve manter um registro da reclamação e uma cópia da resposta por cinco anos e apresentá-lo às autoridades fiscalizadoras quando solicitado.

Se a reclamação for rejeitada, a empresa deve informar o consumidor por escrito qual autoridade ou órgão de conciliação pode iniciar a reclamação com sua reclamação. A informação deve incluir também a sede social, os dados de contacto telefónico e na Internet e o endereço de correio da autoridade competente ou do órgão de conciliação do domicílio ou residência do consumidor. As informações também devem incluir se a empresa pode recorrer a um procedimento de painel de conciliação para resolver uma disputa de consumidor. Se qualquer disputa de consumidor entre o vendedor e o consumidor não for resolvida durante as negociações, as seguintes opções de aplicação estão abertas ao consumidor:

Procedimento de proteção ao consumidor

Reclamações às autoridades de defesa do consumidor. Se notar uma violação dos direitos do consumidor do consumidor, tem o direito de apresentar uma reclamação junto da autoridade de defesa do consumidor competente do seu local de residência. Após a avaliação da reclamação, a autoridade decidirá sobre o desenrolar do processo de defesa do consumidor. As tarefas oficiais de proteção ao consumidor de primeiro nível são desempenhadas pela capital e pelos órgãos governamentais do condado competentes de acordo com o local de residência do consumidor, cuja lista pode ser encontrada aqui: <http://www.kormanyhivatal.hu/>

Processo judicial

O cliente tem o direito de executar o seu pedido decorrente de um litígio de consumo em tribunal no âmbito de um processo civil nos termos da Lei V de 2013 do Código Civil e da Lei CXXX de 2016 do Código de Processo Civil. de acordo com as disposições desta Lei.

Procedimentos do painel de conciliação

Gostaríamos de informar que você pode registrar uma reclamação de consumidor contra nós. Se a sua reclamação de consumidor for rejeitada, tem também o direito de recorrer ao órgão de conciliação competente para o seu local de residência ou de estada: a condição para iniciar o processo do órgão de conciliação é que o consumidor procure resolver diretamente o litígio com a empresa em causa. A pedido do consumidor, é competente para o procedimento o órgão de conciliação designado no pedido do consumidor, em vez do órgão competente.

A empresa tem o dever de cooperar nos procedimentos do painel de conciliação.

Neste contexto, as empresas têm a **obrigação de responder ao apelo** do órgão de conciliação e de **comparecer** perante o órgão de conciliação ("garantindo a participação da pessoa habilitada a chegar a acordo na audiência").

Se a sede ou as instalações da empresa não estiverem registadas no condado da câmara que opera o órgão de conciliação territorialmente competente, a obrigação de cooperação da empresa inclui a possibilidade de celebração de um acordo escrito de acordo com as necessidades do consumidor.

Em caso de violação da obrigação de cooperação supramencionada, a autoridade de defesa do consumidor tem o poder de **aplicar coimas obrigatórias em** caso de violação da conduta das empresas na sequência de uma alteração da legislação, não havendo possibilidade de renúncia às multas. Além da Lei de Proteção ao Consumidor, a disposição pertinente da Lei das Pequenas e Médias Empresas também foi alterada, de modo que a imposição de multas também não será dispensada no caso de pequenas e médias empresas.

O valor da multa pode variar de HUF 15.000 a HUF 500.000 no caso de pequenas e médias empresas, enquanto de HUF 15.000 no caso de não pequenas e médias empresas com vendas líquidas anuais superiores a HUF 100 milhões, 5 % das vendas líquidas anuais da empresa. - até, mas não mais do que HUF 500 milhões de intervalo. Ao introduzir uma multa obrigatória, o legislador pretende valorizar a cooperação com os órgãos de conciliação e garantir a participação ativa das empresas nos processos de conciliação.

O órgão de conciliação é responsável pela resolução extrajudicial de litígios de consumo. A tarefa do órgão de conciliação é tentar chegar a um acordo entre as partes, a fim de resolver o diferendo consumidor, sob pena de se decidir sobre o assunto, a fim de assegurar simples, rápido, aplicação eficiente e custo-eficaz dos direitos do consumidor. A pedido do consumidor ou da empresa, o órgão de conciliação aconselhará sobre os direitos e obrigações do consumidor.

O processo do órgão de conciliação é iniciado a pedido do consumidor. O pedido deve ser feito por escrito ao presidente do órgão de conciliação: o pedido escrito pode ser cumprido por carta, telegrama, telégrafo ou fax, bem como por qualquer outro meio que permita ao destinatário guardar os dados que lhe são dirigidos de forma permanente por a finalidade dos dados. e exibir os dados armazenados em uma forma e conteúdo inalterados . **O aplicativo deve incluir**

- a. o nome, local de residência ou permanência do consumidor,
- b. o nome, a sede ou a sede da empresa envolvida na disputa de consumo,
- c. se o consumidor designar o órgão competente em vez do órgão de conciliação competente,
- d. uma breve descrição da posição do consumidor, os fatos e as evidências que a sustentam,
- e. uma declaração do consumidor de que o consumidor fez uma tentativa direta de resolver a disputa com a empresa em questão
- f. uma declaração do consumidor de que nenhum outro órgão de conciliação deu início a um procedimento no caso, nenhum processo de mediação foi iniciado, nenhuma reclamação foi apresentada ou nenhum pedido de ordem de pagamento foi apresentado,
- g. a moção de decisão do painel,
- h. a assinatura do consumidor.

O pedido deve ser acompanhado do documento ou de uma cópia (extrato) de que o consumidor se refere como prova, em particular a declaração escrita da empresa que rejeita a reclamação ou, na sua falta, qualquer outra prova escrita à disposição do consumidor para tentar o consulta necessária.

Se o consumidor atuar por meio de procuração, a procuração deverá ser anexada ao aplicativo.

Mais informações sobre os órgãos de conciliação estão disponíveis aqui: <http://www.bekeltetes.hu> Mais informações sobre os órgãos de conciliação territorialmente competentes estão disponíveis aqui: <https://bekeltetes.hu/index.php?id=testuletek>

Detalhes de contato de cada órgão de conciliação territorialmente competente:

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Baranya** : 7625 Pécs, Majorossy I. u. 36.
Número de telefone: 06-72-507-154
Fax: 06-72-507-152
E-mail: abeck@pbkik.hu ; mbonyar@pbkik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Bács-Kiskun** : 6000 Kecskemét, Árpád krt. 4.
Número de telefone: 06-76-501-500; 06-76-501-525, 06-76-501-523
Fax: 06-76-501-538
E-

mail: bekeltetes@bacsbekeltetes.hu ; mariann.matyus@bkmkik.hu Site: www.bacsbekeltetes.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Békés** : 5600 Békéscsaba, Penza ltp . 5.
Número de telefone: 06-66-324-976
Fax: 06-66-324-976
E-mail: eva.toth@bmkik.hu

Borsod-Abaúj-Zemplén County Conciliation Board
Endereço: 3525 Miskolc, Szentpáli u. 1.
Número de telefone: 06-46-501-091, 06-46-501-870
Fax: 06-46-501-099
E-mail: bekeltetes@bokik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação de Budapeste** : 1016 Budapest, Krisztina krt. 99. III. em. 310.
Número de telefone: 06-1-488-2131
Fax: 06-1-488-2186
E-mail: bekelteto.testulet@bkik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Csongrád** : 6721 Szeged, Párizsi krt. 8-12.
Número de telefone: 06-62-554-250 / 118
Fax: 06-62-426-149
E-mail: bekelteto.testulet@csmkik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Fejér** : 8000 Székesfehérvár, Hosszúsétátér 4-6.
Número de telefone: 06-22-510-310
Fax: 06-22-510-312
E-mail: fmkik@fmkik.hu

Győr-Moson-Sopron County Conciliation Board
Endereço: 9021 Győr, Szent István út 10 / a.
Número de telefone: 06-96-520-217
Fax: 06-96-520-218
E-mail: bekeltetotestulet@gymkik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Hajdú-Bihar** : 4025 Debrecen, Vörösmarty u. 13-15.
Número de telefone : [06-52-500-710](tel:06-52-500-710)
Fax : [06-52-500-720](tel:06-52-500-720) E-mail: korosi.vanda@hbikik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Heves** : 3300 Eger, Faiskola út 15.
Número de telefone: 06-36-429-612
Fax: 06-36-323-615
E-mail: hkik@hkik.hu

Jász-Nagykun-Szolnok County Conciliation Board

Endereço: 5000 Szolnok, Verseggy park 8. III. andares 305-306.
Número de telefone: 06-56-510-621, 06-20-373-2570
Fax: 06-56-510-628
E-mail: bekeltetotestulet@jnszmikik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Komárom-Esztergom** : 2800 Tatabánya, Fő tér 36.
Número de telefone: 06-34-513-027
Fax: 06-34-316-259
E-mail: szilvi@kemkik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Nógrád** : 3100 Salgótarján, Alkotmány út 9 / A.
Número de telefone: 06-32-520-860
Fax: 06-32-520-862
E-mail: nkik@nkik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Pest** : 1119 Budapest, Etele út 59-61. II. andar 240.
Endereço para correspondência: 1364 Budapeste, Pf.: 81
Número de telefone: 06-1-269-0703
Fax: 06-1-474-7921
E-mail: pmbekelteto@pmkik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Somogy** : 7400 Kaposvár, Anna u.6.
Número de telefone: 06-82-501-026
Fax: 06-82-501-046
E-mail: skik@skik.hu

Szabolcs-Szatmár-Bereg County Conciliation Board
Endereço: 4400 Nyíregyháza, Széchenyi u. 2.
Número de telefone: 06-42-311-544
Fax: 06-42-311-750
E-mail: bekelteto@szabkam.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Tolna** : 7100 Szekszárd, Arany J.

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Vas** : 9700 Szombathely, Honvéd tér 2.
Número de telefone: 06-94-312-356

u. 23-25. III. floor
Telefone: 06-74-411-661
Fax: 06-74-411-456
E-mail: kamara@tmkik.hu

Fax: 06-94-316-936
E-mail: vmkik@vmkik.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Veszprém** : 8200 Veszprém, Radnóti tér 1. andar térreo 116.
Número de telefone: 06-88-429-008
Fax: 06-88-412-150
E-mail: bekelteto@veszpremikamara.hu

Endereço do **Conselho de Conciliação do Condado de Zala** : 8900 Zalaegerszeg, Petőfi u. 24.
Número de telefone: 06-92-550-513
Fax: 06-92-550-525
E-mail: zmbekelteto@zmkik.hu

Plataforma de resolução de disputas online

A Comissão Europeia criou um site onde os consumidores podem registrar-se, permitindo-lhes resolver os seus litígios de compras online através do preenchimento de um pedido, evitando litígios. Isso permite ao consumidor fazer valer os seus direitos sem, por exemplo, ser impedido de o fazer pela distância.

Se você quiser fazer uma reclamação sobre um produto ou serviço comprado online e não necessariamente quiser ir ao tribunal, pode usar a ferramenta de resolução de disputas online. No portal, você e o comerciante contra o qual apresentou uma reclamação podem selecionar em conjunto o órgão de resolução de litígios ao qual deseja confiar o tratamento da reclamação.

A plataforma de resolução de litígios online está disponível em: <https://webgate.ec.europa.eu/odr/main/?event=main.home.show&lng=EN>

Direitos autorais

Lei LXXVI de 1999 sobre direitos autorais. De acordo com a Seção 1 (1) da Lei (doravante: Szjt.), O site se qualifica como obra de um autor, portanto, todas as partes dele são protegidas por direitos autorais. O Szjt. De acordo com a Seção 16 (1), é proibido usar soluções gráficas e de software, programas de computador funcionem no site sem permissão, ou usar qualquer aplicativo com o qual o site ou qualquer parte dele possa ser modificado. Qualquer material pode ser retirado do site e da sua base de dados, mesmo com o consentimento por escrito do titular do direito, apenas com referência ao site e indicação da fonte. O detentor dos direitos autorais: Pharmarosa Kft.

Invalidez parcial, código de conduta

Se qualquer cláusula dos GTC estiver legalmente incompleta ou inválida, as cláusulas restantes do contrato permanecerão em vigor e as disposições da legislação pertinente serão aplicadas em vez da parte inválida ou incorreta.

O Vendedor não possui um código de conduta sob a Lei sobre a Proibição de Práticas Comerciais Injustas contra os Consumidores.

Operação de conteúdo de dados digitais, medidas técnicas de proteção

A disponibilidade de servidores que fornecem dados no site é superior a 99,9% ao ano. Todo o conteúdo dos dados é copiado regularmente, portanto, em caso de problemas, o conteúdo dos dados originais pode ser restaurado. Os dados exibidos no site são armazenados em bancos de dados MSSQL e MySQL. Os dados confidenciais são armazenados com criptografia adequada, usando suporte de hardware embutido no processador para criptografá-los.

Informações sobre as características essenciais dos produtos

No site, disponibilizamos informações sobre as características essenciais dos produtos que podem ser adquiridos nas descrições de cada produto.

Correção de erros de entrada de dados - Responsabilidade pela exatidão dos dados fornecidos

Durante o pedido, você tem a oportunidade de alterar os dados inseridos antes de finalizar o pedido (clique no botão Voltar no navegador abrirá a página anterior, para que você possa corrigir os dados inseridos mesmo que já tenha passado para a próxima página) Observe que é sua responsabilidade garantir que as informações fornecidas sejam inseridas com precisão, pois o produto será faturado ou enviado com base nas informações fornecidas. Observe que um endereço de e-mail incorreto ou a saturação do espaço de armazenamento da caixa de correio pode resultar na não entrega da confirmação e pode impedir a conclusão do contrato.

Uso do site

A compra não está sujeita a registro.

O processo de compra

Seleção de Produto

No website " **As compras online rosa** " - para clique para selecionar a linha de produtos desejada, e dentro de cada produto, onde se pode ver fotos, preços, "os produtos **detalhes** clicando em" ícone e os detalhes específicos para esse tipo de tulajdonságaival. Önnnek ao fazer compras, você deve pagar o preço no site e os custos de envio especificados. Alguns dos produtos são ilustrados ou ilustrados. marcado com sua própria foto. Os acessórios e elementos decorativos mostrados nas fotos não fazem parte do produto, a menos que estejam destacados na descrição do produto. Observe que não somos responsáveis por quaisquer erros ortográficos ou dados incorretos!

Colocar no carrinho

Depois de selecionar o produto do seu " **carrinho** clicando no botão" para colocar - qualquer número - o produto na cesta sem fazer você vásárlási- ou obrigações de pagamento surgem como o carrinho não constitui uma oferta. Os produtos indisponíveis e não adquiríveis são indicados pelo ícone do carrinho riscado.

Recomendamos que você adicione o produto ao carrinho, mesmo se não tiver certeza de que deseja comprar o produto em questão, porque isso lhe dará uma visão geral de quais produtos você selecionou no momento e os exibirá em uma tela. Pode ver e compare. Até a finalização do pedido - até que o botão " **Enviar pedido** " seja pressionado - o conteúdo do carrinho pode ser modificado livremente, quaisquer produtos podem ser removidos do carrinho, novos produtos podem ser adicionados ao carrinho ou o número do produto desejado pode ser alterado.

Se você não quiser selecionar mais produtos, clique no botão " **Visão geral do carrinho, insira os dados** ", aqui você pode ver o produto selecionado novamente, se quiser adicionar outro produto ao carrinho, clique em voltar aos produtos!

Ver o carrinho

Ao usar o site, você pode verificar o conteúdo do carrinho a qualquer momento clicando no ícone " **Visão geral do carrinho, inserir dados** " na parte superior do site . Aqui você pode remover os produtos selecionados do carrinho ou alterar a quantidade de produtos. Se não quiser selecionar produtos adicionais e adicioná-los ao carrinho, você pode revisar seu pedido clicando no botão " **Confirmar pedido, resumo** " após inserir os dados do cliente .

Inserindo

Informações

do

Cliente

O **Contato do Cliente, informações de faturamento, informações de envio, Pagamento, Observações** após os campos em " **Confirmação do pedido, resumo** aparece quando seu carrinho e compra de produtos de sua escolha após" botão pressionado, o preço total de compra a pagar por você e envio custo. O " **método de pagamento** " deve marcar a caixa para solicitar o produto que deseja receber em dinheiro na entrega, pré-transferência, PayPal ou Wirecardal deseja pagar. Você deve pagar a taxa de entrega do pedido.

No " **cliente** " campo, você pode digitar o seu nome, número de telefone, endereço e e-mail, no " **Contato** " campo você pode digitar o nome completo, número de telefone, endereço da pessoa de contacto e-mail, aqui você pode insira as informações já inseridas com o ícone " **Copiar dados anteriores** ". No campo ' **Informações de faturamento** ', você também pode copiar dados anteriores. Se você solicitar a entrega em um endereço diferente, poderá inserir um endereço diferente no campo " **Detalhes de envio** ". No campo " **Comentário** " , você pode inserir qualquer informação adicional.

Visão geral do pedido

Após preencher os campos acima , você pode continuar o processo de pedido clicando no botão " **Confirmar pedido, resumo** ", aqui você pode ver os dados que você inseriu anteriormente, como o conteúdo do carrinho, usuário, dados de faturamento e entrega e o valor que você deve pagar. Ao clicar no botão " **Voltar** " você pode excluir / corrigir os dados inseridos até agora e retornar ao conteúdo do Carrinho. Você pode fazer seu pedido clicando no botão " **Enviar pedido** ".

Finalizando o pedido (licitação)

Se tem a certeza de que o conteúdo do carrinho de compras corresponde aos produtos que pretende encomendar e que os seus dados estão correctos, pode encerrar a sua encomenda clicando no botão " Confirmar encomenda, resumo ". As informações fornecidas no site não constituem uma oferta do Vendedor para celebrar um contrato. No caso de pedidos que se enquadrem no escopo destes TCG, você é considerado um licitante.

Ao clicar no botão " Confirmação do pedido , resumo " , você reconhece expressamente que sua oferta deve ser considerada feita e seu extrato - em caso de confirmação pelo Vendedor de acordo com estes GTC - acarreta uma obrigação de pagamento. Você está vinculado à sua oferta por um período de 48 horas. Se a sua oferta não for confirmada pelo vendedor dentro de 48 horas de acordo com estes termos e condições gerais, você será liberado da obrigação da oferta.

Processamento de pedidos, conclusão do contrato

Você tem a oportunidade de fazer seu pedido a qualquer momento. O Vendedor confirmará sua oferta por e-mail o mais tardar no dia útil seguinte ao envio da oferta. O contrato é criado quando o e-mail de confirmação enviado pelo Vendedor se torna disponível para você em seu sistema de correio.

Métodos de Pagamento

Wirecard

Você pode pagar de forma rápida e segura com cartão de crédito em nossa loja virtual.

PayPal

O PayPal está disponível para clientes em mais de 200 países como um método de pagamento fácil e seguro

O PayPal possui diversas vantagens que tornam as compras mais fáceis e rápidas, mantendo as informações financeiras seguras:

- Um email, uma senha. Isso é tudo que você precisa para pagar ou transferir dinheiro por meio do sistema PayPal . E o cartão de crédito pode ficar na sua carteira.
- Você não precisa transferir dinheiro para sua conta do PayPal para pagar . Tudo que você precisa fazer é atribuir seu cartão de crédito à sua conta do PayPal , na verdade, você só precisa fazer isso uma vez, no início.
- O PayPal método de pagamento reconhecido mundialmente, token de transação segura com o qual pagar o preço dos produtos na Internet 26 tipos de moeda.
- Inscreva-se no PayPal e pague com mais facilidade na loja virtual!

Pagamento na entrega

Caso pretenda liquidar o valor da encomenda no momento da recepção da encomenda, selecione a forma de pagamento "À vista".

Referência

Você também pode liquidar o preço dos produtos por transferência bancária.

Métodos de aceitação, taxas de aceitação

Serviço de correio GLS

O produto é entregue pelo serviço de correio GLS.

Mais informações podem ser encontradas aqui: <https://gls-group.eu/HU/hu/cimzettek-nyujtott-szolgalatasok>

Serviço de correio DPD

O produto é entregue pelo serviço de correio DPD. Mais informações: https://www.dpd.com/hu_privatugyfelek

Mínimo	Máximo	Taxa de envio
2500 pés	∞	

Data de conclusão

O prazo geral de entrega da encomenda é de no máximo 30 dias a partir da confirmação da encomenda .

Reserva de direitos, cláusula de propriedade

Se você solicitou um produto anteriormente sem recebê-lo durante a entrega (excluindo o caso em que você exerceu seu direito de retirada), ou o Produto não foi devolvido ao vendedor com um sinal, o Vendedor cumprirá o pedido com o preço de compra e adiantado pagamento das despesas de transporte.

O Vendedor pode reter a entrega do Produto até que esteja satisfeito que o preço do Produto foi pago com sucesso usando a solução de pagamento eletrônico (incluindo o caso em que o Comprador paga o preço de compra e conversão na moeda de seu Estado-Membro, e devido a comissões bancárias e custos, o vendedor não recebe o valor total do preço de compra e taxa de entrega). Se o preço do Produto não tiver sido pago integralmente, o Vendedor pode convidar o Comprador a complementar o preço de compra.

Vendas no exterior

O Vendedor não faz distinção entre compradores dentro do território da Hungria e fora do território da União Europeia usando o Site. Salvo disposição em contrário nestes GTC, o Vendedor deve garantir a entrega / recebimento dos produtos encomendados no território da Hungria.

As disposições destes GTC também se aplicam a compras fora da Hungria, de acordo com as disposições do regulamento relevante, um consumidor que seja cidadão de um Estado-Membro ou tenha residência num Estado-Membro ou uma empresa estabelecida num Estado-Membro e adquira ou usa bens ou serviços na União Europeia exclusivamente para uso final. Consumidor é a pessoa física que age com objetivos alheios à sua atividade comercial, empresarial, artesanal ou profissional.

O idioma de comunicação e compra é principalmente o húngaro, o vendedor não é obrigado a se comunicar com o comprador no idioma do Estado-Membro do comprador.

O Vendedor não será obrigado a cumprir ou informar o Comprador de requisitos extracontratuais, como rotulagem ou requisitos específicos da indústria, relativos ao Produto em questão de acordo com a legislação nacional do Estado Membro do Comprador.

Salvo disposição em contrário do Vendedor, aplica-se o IVA húngaro a todos os Produtos.

De acordo com esses GTC, o Comprador pode usar suas opções de aplicação legal.

Se uma solução de pagamento eletrônico for usada, o pagamento será feito na moeda especificada pelo Vendedor,

O Vendedor pode reter a entrega do Produto até que esteja satisfeito que o preço do Produto e a taxa de entrega tenham sido pagos com sucesso e totalmente usando a solução de pagamento eletrônico (incluindo o caso em que o Comprador transfere o produto na moeda de seu Estado-Membro . preço de compra (taxa de entrega) e devido à conversão, bem como comissões bancárias e custos, o Vendedor não recebe o valor total do preço de compra). Se o preço do Produto não tiver sido pago integralmente, o Vendedor pode convidar o Comprador a complementar o preço de compra.

Para entregar o Produto, o Vendedor também fornece aos clientes não húngaros as opções de transferência disponíveis para os clientes húngaros.

Se o Comprador puder solicitar a entrega do Produto no território da Hungria ou no território de qualquer outro estado membro da União Europeia de acordo com o GTC, o comprador não húngaro também pode solicitar por qualquer um dos métodos de entrega indicados no GTC .

Se o Comprador puder escolher receber o Produto pessoalmente no Vendedor de acordo com o GTC, o comprador não húngaro também pode usar isso.

Caso contrário, o Comprador pode solicitar que a entrega do Produto no exterior seja providenciada por sua conta. Os clientes húngaros não têm direito a este direito.

Após o pagamento da taxa de entrega, o Vendedor cumpre o pedido, se o Comprador não pagar a taxa de entrega ao Vendedor ou não resolver sua própria entrega na data acordada, o Vendedor rescindirá o contrato e reembolsará o preço de compra pré-pago para o comprador .

Informação ao consumidor em 45/2014. (II. 26.) Decreto do Governo

Informações sobre o direito de rescisão do consumidor para o comprador

Como consumidor, o Código Civil. 8: 1. De acordo com o § 1, ponto 3, apenas uma pessoa singular que atue fora do âmbito da sua profissão, atividade independente ou atividade empresarial é elegível, pelo que **as pessoas coletivas não podem exercer o direito de rescisão sem justificação!** O consumidor está protegido por 45/2014. (II. 26.) tem o direito de retirar-se sem justificativa. O consumidor tem o direito de rescisão

a) no caso de um contrato de venda de um produto, aa) do produto, b) no caso de venda de vários produtos, se cada produto for entregue em um horário diferente , o último produto fornecido,

pode ser exercido no prazo de 14 dias a partir da data de recebimento pelo consumidor ou por terceiro que não seja a transportadora por ele designada .

Nada neste ponto afetará o direito do consumidor de exercer o direito de rescisão previsto neste ponto entre a data de celebração do contrato e a data de recebimento do produto.

Se o consumidor fez uma oferta para celebrar o contrato, o consumidor tem o direito de retirá-la antes de celebrar o contrato, o que elimina a obrigação de fazer uma oferta para a celebração do contrato.

Declaração de desistência, exercício do direito de retratação ou cancelamento do consumidor

O consumidor está em 45/2014. (II. 26) pode ser exercido por meio de declaração clara nesse sentido ou por meio de demonstrativo modelo, que também pode ser baixado do site.

Validade da declaração de retirada do consumidor

O direito de rescisão considera-se exercido dentro do prazo se a declaração do consumidor for enviada dentro do prazo. O prazo é de 14 dias.

Cabe ao consumidor provar que exerceu o seu direito de rescisão nos termos desta disposição.

O vendedor é obrigado a confirmar a declaração de retirada do consumidor em um suporte eletrônico de dados após o seu recebimento.

Obrigações do vendedor em caso de retirada por parte do consumidor

Obrigação do vendedor de reembolsar

Se o consumidor em 45/2014. (II. 26.) Decreto governamental. 22 beta tem paradas de acordo com o contrato, o Vendedor deverá reembolsar no prazo de catorze dias de se tornar ciente de retirar o montante total pago pelo consumidor mediante remuneração, inclusive as despesas incorridas no contexto de execução , essas despesas de envio são. Observe que esta disposição não se aplica a custos adicionais incorridos pela escolha de um modo de transporte diferente do modo padrão de transporte mais barato.

Método de Obrigação de Reembolso do Vendedor

A 45/2014. (II. 26.) em caso de rescisão ou rescisão nos termos do artigo 22 do Decreto do Governo , o Vendedor reembolsará o valor devolvido ao consumidor, da mesma forma que o meio de pagamento por ele utilizado. Com o consentimento expresso do consumidor, o Vendedor pode usar outro método de pagamento para o reembolso,

mas o consumidor não pode ser cobrado nenhuma taxa adicional como resultado. O Vendedor não será responsável por qualquer atraso devido ao número da conta bancária ou endereço postal fornecido incorretamente e / ou imprecisamente pelo Consumidor .

Custos adicionais

Se o consumidor escolher especificamente um modo de transporte diferente do modo padrão de transporte mais barato, o Vendedor não será obrigado a reembolsar os custos adicionais resultantes. Neste caso, somos obrigados a reembolsar até as taxas gerais de envio indicadas.

Direito de retenção

O Vendedor pode reter a quantia devolvida ao consumidor até que o consumidor devolva o produto ou prove, sem qualquer dúvida razoável, que foi devolvido; a primeira das duas datas será levada em consideração. Não podemos aceitar dinheiro na entrega ou postagem.

Em caso de retirada ou rescisão das obrigações do consumidor

Devolução de produto

Se o consumidor em 45/2014. (II. 26.) 22. beta- Decreto. Retirou- se do contrato de forma adequada, o produto é necessário imediatamente, mas não mais tarde do que quatorze dias a partir da notificação de rescisão para devolver ou entregar ao Vendedor pelo Vendedor ou sua pessoa autorizada para receber o produto. A devolução é considerada concluída a tempo se o consumidor enviar o produto antes do prazo.

Para arcar com os custos diretos de devolução do produto

O consumidor arca com o custo direto de devolução do produto. O produto deve ser devolvido no endereço do Vendedor. Se, após o início da execução, o consumidor rescindir o contrato de prestação de serviços fora do estabelecimento comercial ou à revelia, deverá pagar à empresa uma taxa proporcional ao serviço prestado até à data da notificação à empresa. O valor a pagar proporcionalmente pelo consumidor será determinado com base no valor total da contraprestação fixada no contrato, mais impostos. Se o consumidor provar que o montante total assim apurado é excessivo, o montante proporcional será calculado com base no valor de mercado dos serviços prestados até à data da resolução do contrato. Observe que não podemos retirar um produto devolvido em dinheiro na entrega ou postagem.

Responsabilidade do consumidor pela depreciação

O consumidor é responsável pela depreciação decorrente do uso superior ao necessário para determinar a natureza, as características e o funcionamento do produto.

O direito de rescisão não pode ser exercido nos seguintes casos

O Vendedor chama expressamente a sua atenção para o facto de não poder exercer o seu direito de rescisão nos termos do Artigo 29 do Decreto Governamental 45/2014 (II.26.). Nos casos referidos no parágrafo 1:

- a. no caso de um contrato de prestação de um serviço, após a execução do serviço como um todo, em que a empresa iniciou a execução com o consentimento prévio expresso do consumidor e o consumidor reconheceu que perde o seu direito de rescisão após a execução do serviço como um todo;
- b. No caso de um produto ou serviço cujo preço ou taxa não possa ser influenciado pela entidade do mercado financeiro, esteja sujeito a eventuais flutuações durante o período previsto para o exercício do direito de rescisão;
- c. No caso de um produto não pré-fabricado que tenha sido produzido por instruções do consumidor ou a seu pedido expresso, ou no caso de um produto claramente personalizado ao consumidor;
- d. em relação a um produto perecível ou de vida curta;
- e. no caso de produto lacrado que, por razões de saúde ou higiene, não possa ser devolvido após a abertura após a entrega;
- f. em relação a um produto que, pela sua natureza, é inseparavelmente misturado com outro produto após a transferência;
- g. no caso de uma bebida alcoólica cujo valor real depende de flutuações de mercado fora do controle da empresa e cujo preço foi acordado pelas partes quando o contrato de venda foi celebrado, mas que não é executado até o trigésimo dia após sua conclusão;

- h. no caso de um contrato comercial em que a empresa visita o consumidor a pedido expresso do consumidor para realizar reparações ou trabalhos de manutenção urgentes;
- i. para a venda e compra de uma gravação de áudio ou vídeo lacrada e uma cópia de software de computador, se o consumidor tiver aberto a embalagem após a transferência;
- j. no que diz respeito a jornais, publicações periódicas e periódicos, exceto contratos de assinatura;
- k. no caso de contratos adjudicados em hasta pública;
- l. tratando-se de contrato de prestação de serviços de alojamento, transporte, aluguer de automóveis, restauração ou lazer, com excepção de serviço residencial, desde que tenha sido fixada data de execução ou limite de tempo previstos no contrato;
- m. no caso de conteúdo digital fornecido em mídia intangível, em que a empresa iniciou sua atuação com o consentimento prévio e expresso do consumidor e o consumidor afirmou, ao mesmo tempo, que perde o direito de rescisão após o início da atuação.

Garantia de suprimentos, garantia do produto, garantia

Esta secção de informação ao consumidor foi preparada de acordo com a autorização do Artigo 9 (3) do Decreto do Governo 45/2014 (II.26.) Utilizando o Anexo 3 do Decreto do Governo 45/2014 (II.26.).

Garantia de suprimentos

Em que casos você pode exercer seu direito à garantia de suprimentos?

Em caso de falha de desempenho por parte do Vendedor, você pode fazer valer uma garantia contra o Vendedor de acordo com as regras do Código Civil.

Que direitos você tem com base em sua reivindicação de garantia de suprimentos?

Você pode optar por ter as seguintes reivindicações de garantia de suprimentos:

Você pode solicitar um reparo ou substituição, a menos que seja impossível atender à demanda de sua escolha ou isso incorreria em um custo adicional desproporcional para o Vendedor em atender a sua outra demanda. Se você não solicitou ou não pôde solicitar o reparo ou substituição, você pode solicitar uma entrega proporcional da contraprestação ou o defeito pode ser reparado às custas do Vendedor, ou reparado por outra pessoa, ou - em última análise - rescindir o contrato .

Você pode transferir de sua garantia de suprimento escolhida para outra, no entanto, você arcará com o custo da transferência, a menos que tenha sido justificado ou fornecido pelo Vendedor.

Qual é o prazo para você fazer cumprir a sua reclamação de garantia?

Você deve relatar o defeito imediatamente após ser descoberto, mas no máximo dois meses após a descoberta do defeito. No entanto, observe que você não pode mais exercer seus direitos de garantia além do período de limitação de dois anos a partir da execução do contrato . Se o objeto do contrato entre o consumidor e a empresa for um item de segunda mão, as partes podem concordar em um prazo de prescrição mais curto; um prazo de prescrição inferior a um ano também não pode ser validamente estabelecido neste caso.

A quem você pode apresentar sua reclamação de garantia de fornecimento?

Você pode fazer valer sua reclamação de garantia contra o Vendedor.

Quais são as outras condições para fazer valer seus direitos de garantia?

Dentro de seis meses de desempenho, não há condições além da notificação do defeito para fazer valer sua reivindicação de garantia, se você certificar que o produto ou serviço foi fornecido pelo Vendedor. No entanto, após seis meses a partir da data de execução, você é obrigado a provar que o defeito que reconheceu já existia no momento da execução.

No caso de produtos usados, a garantia e os direitos de garantia evoluem de forma diferente das regras gerais. No caso de produtos usados, também podemos falar sobre desempenho defeituoso, mas as circunstâncias com base nas quais o Comprador poderia esperar que ocorressem certos defeitos devem ser levadas em consideração. Devido à obsolescência, a ocorrência de determinados defeitos é cada vez mais frequente, pelo que não se pode presumir que um produto usado possa ter a mesma qualidade de um novo adquirido. Com base nisso,

o Comprador só pode fazer valer seus direitos de garantia em relação a defeitos que vão além dos defeitos decorrentes do uso e surgiram independentemente deles. Se o produto usado apresentar defeito e o Cliente, que se qualifica como Consumidor, for informado no momento da compra, o Prestador de Serviços não se responsabiliza pelo defeito conhecido.

Garantia do produto

Em que casos você pode exercer direito a garantia do seu produto?

No caso de defeito em algo móvel (produto), você pode - a seu critério - fazer valer a reclamação de garantia ou a reclamação de garantia do produto.

Que direitos você tem com base na solicitação de garantia do produto?

Como uma reclamação de garantia do produto, você só pode solicitar o reparo ou a substituição de um produto com defeito.

Em que caso o produto é considerado defeituoso?

Um produto é defeituoso se não cumprir os requisitos de qualidade em vigor no momento da colocação no mercado ou se não possuir as características especificadas pelo fabricante.

Qual é o prazo para você fazer cumprir a reivindicação de garantia do produto?

Você pode reivindicar a garantia do seu produto no prazo de dois anos após o produto ser colocado no mercado pelo fabricante. Ao expirar este período, ele perderá este direito.

Contra quem e em que outras condições você pode fazer valer a sua reclamação de garantia do produto?

Você só pode fazer uma reclamação de garantia do produto contra o fabricante ou distribuidor do item móvel. Você deve provar o defeito do produto no caso de uma reclamação de garantia do produto.

Em quais casos o fabricante (distribuidor) é dispensado de sua obrigação de garantia do produto?

O fabricante (distribuidor) só é dispensado de sua obrigação de garantia do produto se puder provar que:

- o produto não foi fabricado ou comercializado no curso de seus negócios, ou
- o defeito não era reconhecível à luz do estado da técnica no momento da colocação no mercado ou
- o defeito do produto resulta da aplicação de legislação ou regulamentação oficial obrigatória.

Basta que o fabricante (distribuidor) comprove o motivo da isenção.

Observe que devido ao mesmo erro, você não pode reivindicar uma garantia para um produto e uma garantia do produto ao mesmo tempo, em paralelo. No entanto, se a sua reclamação de garantia do produto for cumprida com sucesso, você pode fazer sua reclamação de garantia contra o fabricante para o produto substituído ou peça reparada.

garantia

Em que casos você pode exercer seus direitos de garantia?

151/2003 sobre a garantia obrigatória de determinados bens de consumo duráveis. (IX. 22.) do Governo, o Vendedor é obrigado a dar garantia para os novos bens de consumo duráveis listados no Anexo 1 do Decreto (ex: artigos técnicos, ferramentas, máquinas), bem como seus acessórios e componentes dentro âmbito de aplicação aí especificado (doravante - neste ponto - conjuntamente designados como bem de consumo).

Que direitos você tem sob a garantia e dentro de que período?

Direitos de garantia

O comprador tem direito a 151/2003. (IX. 22.) com base no Decreto do Governo, como regra geral, nos casos listados na seção "Regras relativas ao tratamento de reclamações de garantia", ele pode solicitar a substituição e reembolso do dinheiro como um pedido de garantia contra o vendedor.

O Comprador pode, a seu critério, fazer cumprir o seu pedido de reparação diretamente na sede do Vendedor, em quaisquer instalações, sucursais e no serviço de reparação indicado pelo Vendedor no cartão de garantia.

Prazo de validação

A reclamação de garantia pode ser executada durante o período de garantia, o período de garantia é 151/2003. (IX. 22.) de acordo com o Decreto do Governo:

- a. Um ano, no caso de um preço de venda atingir HUF 10.000, mas não exceder HUF 100.000,
- b. Dois anos no caso de um preço de venda superior a HUF 100.000, mas não superior a HUF 250.000,
- c. Três anos acima do preço de venda de 250.000 HUF.

O não cumprimento destes prazos resultará em caducidade, no entanto, se o produto de consumo for reparado, o período de garantia será prorrogado desde a data de entrega para reparação até ao período em que o Cliente não conseguiu utilizar o produto de consumo conforme pretendido .

O período de garantia começa quando o produto de consumo é entregue ao Comprador, ou se o comissionamento for realizado pelo Vendedor ou seu agente, começa no dia do comissionamento.

Se o Comprador colocar os bens de consumo em operação mais de seis meses após a entrega, a data de início do período de garantia será o dia da entrega dos bens de consumo.

Regras para lidar com reclamações de garantia

Ao lidar com o reparo, o Vendedor deve se esforçar para fazer o reparo no prazo de 15 dias. O prazo para reparo começa quando os bens de consumo são recebidos.

Se a duração da reparação ou substituição exceder quinze dias, o Vendedor deverá informar o Comprador da duração prevista da reparação ou substituição.

Se, durante o primeiro conserto de um produto de consumo durante o período de garantia, o Vendedor descobrir que o produto de consumo não pode ser consertado, o Vendedor deverá substituir o produto de consumo dentro de oito dias, a menos que seja determinado de outra forma pelo comprador. Caso não seja possível a troca dos bens de consumo, o Vendedor é obrigado a reembolsar o preço de compra ao comprador no prazo de oito dias na fatura ou recibo emitido pelo consumidor que ateste o pagamento dos bens de consumo.

Ao aceitar o GTC, o Comprador consente com o fato de que as informações podem ser fornecidas a ele eletronicamente ou de outra forma adequada para a prova de recebimento pelo Comprador.

Se o vendedor não conseguir consertar os bens de consumo em 30 dias:

- se o Comprador consentir com isso, o reparo pode ser feito a ele em uma data posterior, ou
- se o Comprador não consentir com a execução subsequente do reparo ou não tiver feito uma declaração em relação a isso, os bens de consumo devem ser substituídos no prazo de oito dias após o término do período de trinta dias, ou
- se o Comprador não consentir com a execução subsequente do reparo ou não tiver declarado em conexão com o mesmo, mas não for possível substituir os bens de consumo, o preço de venda na fatura ou recibo de bens de consumo deve ser reembolsado no prazo de oito dias após o período de trinta dias sem sucesso.

Se o produto de consumo falhar pela 4ª vez , o Comprador tem direito a:

- entre em contato com o vendedor para reparos, ou
- em vez da necessidade de retificação, Lei V de 2013 do Código Civil 6: 159. § (2) b) para solicitar uma entrega proporcional do preço de compra do Vendedor, ou
- em vez da necessidade de retificação, Lei V de 2013 do Código Civil 6: 159. § (2) b) para reparar os bens de consumo às custas do vendedor ou para que sejam reparados por outro, ou
- se o Comprador não exercer esses direitos (reparo, redução de preço e outros reparos às custas do Vendedor) ou não os declarar, o produto de consumo deve ser substituído no prazo de 8 dias, se não for possível substituir o produto de consumo, na conta do produto ao consumidor, ou o preço de venda em seu recibo deve ser devolvido a ele dentro de oito dias.

Exceções

Os requisitos em "Regras para lidar com reclamações de garantia" não se aplicam a bicicletas elétricas, scooters elétricos, quadriciclos , motocicletas, ciclomotores, automóveis, autocaravanas, caravanas, caravanas, reboques e embarcações a motor.

No entanto, também no caso destes produtos, o Vendedor é obrigado a envidar esforços para cumprir o pedido de reparação no prazo de 15 dias.

Se a duração da reparação ou substituição exceder quinze dias, o Vendedor deverá informar o Comprador da duração prevista da reparação ou substituição.

O que a garantia tem a ver com outros direitos de garantia?

A garantia é válida para além dos direitos de garantia (garantia do produto e acessório), uma diferença fundamental entre os direitos de garantia geral e a garantia é que o ônus da prova é mais favorável ao consumidor no caso de

uma garantia. Os consumíveis com ligação fixa que estão sujeitos à garantia obrigatória nos termos do Decreto Governamental 151/2003 ou que pesam mais de 10 kg ou não podem ser transportados em embalagem manual em veículos de transporte público, com exceção de veículos, devem ser reparados no local de operação. Se a reparação não puder ser efectuada no local de operação, a desmontagem e instalação, bem como o transporte e devolução, serão assegurados pela empresa ou, no caso de pedido directo de reparação, pelo serviço de reparação. O compromisso do vendedor durante a vigência da garantia obrigatória não pode conter condições para o consumidor mais desfavoráveis do que os direitos garantidos pelas regras da garantia obrigatória. Posteriormente, entretanto, os termos da garantia voluntária podem ser livremente determinados, entretanto, a garantia neste caso não pode afetar a existência de direitos do consumidor decorrentes da legislação, incluindo a garantia de suprimentos.

Solicitação de troca em três dias úteis

No caso de vendas por meio de loja virtual, também se aplica a instituição do pedido de troca no prazo de três dias úteis. Os pedidos de troca no prazo de três dias úteis foram apresentados de acordo com 151/2003. (IX. 22.) pode ser exigida no caso de bens de consumo duráveis novos, segundo os quais, se alguém validar a instituição do pedido de troca no prazo de 3 dias úteis, o vendedor deve interpretar isso no sentido de que o produto já apresentava defeito no momento da venda e você deve substituir o produto sem mais delongas.

Quando o Vendedor é liberado de sua obrigação de garantia?

O vendedor está isento de sua obrigação de garantia apenas se provar que a causa do defeito surgiu após a execução.

Observe que devido ao mesmo defeito, você não pode reivindicar uma garantia e reclamação de garantia ou uma garantia de produto e reclamação de garantia ao mesmo tempo, em paralelo, caso contrário, você tem os direitos decorrentes da garantia independentemente dos direitos de garantia.